



COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO
Conselho Fiscal

RUA BARÃO DE ITAPETININGA, 18 - Bairro República - São Paulo/SP - CEP
01042-000

Telefone: 3396-8193

ATA Nº 628. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET. Em 29 de maio de 2026, às 15h30, na Rua Barão de Itapetininga, nº 18, 14º andar, Centro, São Paulo/SP, reuniu-se o **CONSELHO FISCAL** da **COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET**, por meio de videoconferência pelo Microsoft Teams, com a participação de seus membros titulares **SAMUEL RALIZE DE GODOY (Presidente)**, **FERNANDA BARBOSA GARCIA**, **FERNANDA DE LUCA SILVA THEODORA KOPOULOS**, **HENRY YOSHINOBU YOKOYAMA** e **MARILIA ALVES BARBOUR** e contando também com a presença do Supervisor do Departamento de Conformidade e Integridade Institucional - **JULIO CESAR ANGELO MARTINELLI**, que secretariou a reunião, além do Diretor Administrativo e Financeiro - **PAULO EDUARDO SOARES JUNIOR**, da Gerente de Gestão de Pessoas - **ANA RITA SANTOS SOUZA**, do Gerente de Orçamento e Contabilidade - **JULIO FERNANDO CONDURSI PARANHOS DA SILVA**, do Gerente Financeiro - **MAURÍCIO OZELLO DE CARVALHO**, da Supervisora do Departamento de Gestão de Riscos, Controles Internos e Governança - **MARINA PEREIRA RISSARDO**, da Gestora de Trânsito da Gerência de Governança Corporativa - **LUCIANA CRISTINA SCIAN DELBEM**, do Gestor de Trânsito da Gerência de Governança Corporativa - **TEIDY HIRASAKA**, e da Assessora do Departamento de Conformidade e Integridade Institucional - **BEATRIZ BUENO CAIEIRO**. Após as apresentações, iniciaram-se os trabalhos tratando dos seguintes assuntos pautados no **PLANO DE TRABALHO: 1. Assuntos gerais:** Não houve. **2. PLANO DE TRABALHO MAIO DE 2026: 2.1. Analisar o planejamento financeiro (fluxo de caixa realizado e projetado) e a situação geral das contas:** O Gerente Financeiro apresentou o fluxo de caixa realizado e projetado, constante do **Anexo I**, destacando o saldo positivo registrado no mês de abril, de [REDACTED]

[REDACTED] centavos). Esclareceu que esse resultado decorreu, principalmente, do recebimento de parcelas acumuladas e da regularização de pagamentos pendentes, como a regularização de obrigações financeiras junto à Enel, no valor de [REDACTED], bem como do ingresso, no mesmo período, das parcelas referentes ao mês de março do Convênio de Sinalização. Ressaltou, contudo, que o desempenho positivo observado possui caráter pontual, em razão do recebimento concomitante de parcelas de competências distintas e de ingressos extraordinários, não representando alteração estrutural do fluxo de caixa da Companhia. Informou, por fim, que, apesar dessas variações, a execução financeira dos contratos permanece dentro da normalidade. Registrou-se, como recomendação geral, a necessidade de manutenção de medidas voltadas à contínua adequação dos custos da Companhia ao nível de receitas disponíveis. **2.2. Receber os balancetes e demais demonstrações financeiras, assim como as cópias das atas das reuniões dos administradores, conforme dispõe o art. 163, §1º da Lei nº 6.404/76:** O Gerente de Orçamento e Contabilidade iniciou a apresentação das demonstrações financeiras referentes ao mês de março de 2026, constantes do **Anexo II**, destacando a receita bruta de [REDACTED]

milhões, quinhentos e quatro mil, quinhentos e vinte e nove reais e sessenta centavos). Após a dedução dos impostos, contribuições, custos dos serviços prestados e das receitas e despesas operacionais, o resultado do período foi um prejuízo de [REDACTED], [REDACTED], totalizando, no acumulado dos meses de janeiro a março, prejuízo de [REDACTED], [REDACTED]. Esclareceu que parcela expressiva desse resultado decorre do reconhecimento contábil de provisões para contingências judiciais, constituídas pela Gerência Jurídica com base na classificação de risco dos processos, não representando, em sua maior parte, desembolsos financeiros efetivos. Informou que o montante dessas provisões no primeiro trimestre de 2026 alcançou [REDACTED], valor que explica, em termos substanciais, o resultado negativo apurado no período. Em relação ao Balanço Patrimonial, informou que o ativo não apresentou variações relevantes entre os meses de fevereiro e março, mantendo estabilidade. Ressaltou, contudo, que o reconhecimento das contingências judiciais impacta negativamente o patrimônio líquido da Companhia. Na sequência, apresentou o acompanhamento orçamentário, destacando o Contrato de Serviços de Engenharia com a SMT como a principal fonte de receitas da Companhia, com faturamento acumulado entre janeiro e abril de R\$ [REDACTED]. Informou que a Secretaria Executiva de Planejamento e Eficiência antecipou cotas financeiras do segundo para o primeiro semestre, possibilitando a cobertura das despesas até o mês de junho. A partir de julho, entretanto, as cotas previstas serão inferiores ao faturamento projetado, devido principalmente ao pagamento da primeira parcela do 13º salário e do PPR. Nesse contexto, a Gerência aguarda manifestação da SMT quanto à solicitação encaminhada à Junta Orçamentário-Financeira (JOF) para o descongelamento de R\$ [REDACTED], [REDACTED], com o objetivo de compatibilizar as cotas financeiras com o faturamento da Companhia. Quanto ao Convênio de Sinalização, informou que será necessária suplementação orçamentária, já solicitada à JOF, em razão da antecipação das cotas financeiras no início do exercício. A Conselheira Fernanda de Luca questionou se as despesas com contingências judiciais representam depósitos judiciais ou desembolsos efetivos. Em resposta, o Gerente esclareceu que a contabilização decorre da classificação de risco atribuída pela Gerência Jurídica aos processos judiciais e que, independentemente da existência de pagamento, depósito recursal ou desembolso efetivo, as normas contábeis exigem o reconhecimento dessas provisões como despesa. O Diretor Administrativo e Financeiro reforçou a necessidade de aprovação do pedido de descongelamento dos recursos, destacando sua importância para assegurar o cumprimento de obrigações futuras da Companhia, como o pagamento do décimo terceiro salário, plano de saúde, Programa de Participação nos Resultados (PPR) e locação de viaturas, ressaltando a urgência da demanda junto à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte. O Presidente do Conselho Fiscal ressaltou a necessidade de a Companhia promover a contínua adequação de seus custos ao nível de receitas atualmente disponível. Em complemento, o Gerente de Orçamento e Contabilidade informou que a migração do plano de saúde da modalidade de autogestão para operadora privada deverá gerar economia mensal estimada em [REDACTED]. O Conselheiro Henry Yokoyama questionou a redução dos valores previstos para o Convênio de Sinalização, observando que, embora tais recursos não estejam sujeitos ao congelamento orçamentário, permanecem inferiores à execução registrada no exercício anterior. Em resposta, o Gerente esclareceu que o Convênio de Sinalização foi encerrado em 2025 com execução

aproximada de [REDACTED], impulsionada pela elevada demanda por implantação de sinalização viária, enquanto, para 2026, o orçamento inicialmente previsto foi de [REDACTED], representando redução de aproximadamente [REDACTED]. Informou, ainda, que, diante desse cenário, foi realizada, no início do exercício, reunião com a Secretaria Executiva de Planejamento e Eficiência, ocasião em que foi firmado o compromisso de recomposição dos valores por meio da antecipação de cotas financeiras do segundo para o primeiro semestre. Ao final, registrou-se, como recomendação geral, a necessidade de manutenção de medidas voltadas à contínua adequação dos custos da Companhia ao nível de receitas disponíveis. **2.3. Verificar a regularidade das certidões para funcionamento da empresa:** O Gerente Financeiro informou que as certidões necessárias ao regular funcionamento da Companhia, constantes do **Anexo III**, encontram-se vigentes e regulares, incluindo certidões negativas e positivas com efeitos de negativa, não havendo impedimentos ao regular funcionamento da CET. Informou, ainda, que, na próxima reunião, apresentará atualizações acerca do pedido de mediação formulado pela CET na ação relativa aos Tributos Mobiliários Municipais, movida pela Procuradoria Geral do Município (PGM) em face da Companhia. **2.4. Acompanhar as Despesas com Pessoal**, incluindo a folha de pagamento e encargos, verificando o cumprimento dos acordos coletivos, identificando e acompanhando, se existente, a evolução de eventual passivo trabalhista; e a alocação do quadro de pessoal, verificando o quantitativo de empregados da Companhia, as áreas nas quais estão alocados e a adequação desse quadro: A Gerente de Gestão de Pessoas apresentou os custos com remuneração referentes ao primeiro quadrimestre de 2026, constantes do **Anexo IV**, destacando a evolução do salário-base, que passou de [REDACTED]

[REDACTED], em janeiro, para [REDACTED], em abril, em razão, principalmente, de novas contratações e movimentações internas de pessoal. Informou que as despesas com horas extras apresentaram maior volume nos meses de janeiro e março, em decorrência das operações especiais de Natal e Carnaval, totalizando [REDACTED]

[REDACTED] centavos), respectivamente. Esclareceu que os valores relativos aos adicionais de periculosidade e insalubridade permaneceram estáveis ao longo do período, uma vez que são pagos a um grupo de empregados previamente definido, sendo realizadas apenas adequações decorrentes de laudos técnicos emitidos pela área de Segurança do Trabalho, destinados a verificar a permanência ou cessação da exposição aos agentes de risco. Quanto ao adicional de campo, informou que o tema será objeto de avaliação pelas áreas competentes, considerando que, desde agosto de 2025, passou a ser pago o adicional de periculosidade a determinados empregados, com finalidade semelhante. Eventuais encaminhamentos serão precedidos de análise técnica e, se cabível, tratados no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho. Na sequência, apresentou os valores relativos aos encargos e benefícios, que permaneceram dentro da normalidade, destacando o Plano de Assistência Médica e Odontológica. Informou que seu custo médio mensal, que ao final de 2025 alcançou aproximadamente [REDACTED] reais), reduziu para [REDACTED]

[REDACTED] no primeiro quadrimestre de 2026, em decorrência da contratação de empresa especializada para auditoria das despesas assistenciais. Ressaltou, contudo, a expectativa de elevação desses custos nos próximos meses, em razão da transição do modelo de autogestão para plano

privado. A Conselheira Fernanda Garcia solicitou esclarecimentos sobre a composição dos adicionais de periculosidade, insalubridade e campo, com base na informação de que o adicional de campo está em processo de reavaliação. Em resposta, o Supervisor do Departamento de Conformidade e Integridade Institucional informou que será encaminhado aos Conselheiros, por correio eletrônico, material contendo o detalhamento da composição e dos critérios aplicáveis a cada um desses adicionais. **2.5. Conhecer, acompanhar e apreciar o Relatório Final da Execução do Compromisso de Desempenho Institucional (CDI):** O Gerente de Orçamento e Contabilidade apresentou um comparativo entre as metas e o que foi realizado do CDI 2025, conforme **Anexo II**. A meta da Receita Bruta foi de R\$

_____, já o realizado _____, sendo a redução do contrato da Companhia com a Secretaria o principal motivo. O resultado líquido, que era estimado em zero, resultou em - _____

_____, devido grande parte as contingências judiciais. O Gerente ressaltou que, considerando as demonstrações contábeis do exercício findo em 2025, com provisões relativas a contingências judiciais no montante de R\$ _____, e desconsiderando os efeitos dessas provisões no resultado, a Companhia teria apresentado prejuízo de aproximadamente _____, decorrente, principalmente, da redução da receita no final do exercício. **2.6. Ratificação da aprovação do Planejamento Estratégico 2027-2031**, aprovado em Reunião de Diretoria realizada em 07/05/2026 e com recomendação favorável do Comitê de Auditoria Estatutária em 18/05/2026: A Gestora de Trânsito da Gerência de Governança Corporativa informou que o Planejamento Estratégico, parte integrante do documento do CDI, foi aprovado em todas as instâncias, restando apenas aprovação do Conselho Fiscal. Os Conselheiros ratificaram, por unanimidade, a aprovação do material do Planejamento Estratégico 2027/2031, constante no **Anexo V**. **2.7. Ratificação da aprovação do Plano Tático 2027-2028**, aprovado em Reunião de Diretoria realizada em 07/05/2026 e com recomendação favorável do Comitê de Auditoria Estatutária em 18/05/2026: O Supervisor do Departamento de Conformidade e Integridade Institucional informou que, a pedido do Presidente do Conselho de Administração (CONSAD), a deliberação sobre o item foi suspensa, devendo ser reapreciada em momento oportuno. Na sequência, a Gestora de Trânsito da Gerência de Governança Corporativa esclareceu que a suspensão decorre da necessidade de revisão das metas e indicadores, especialmente em função de questionamentos apresentados pelos sindicatos quanto a eventuais impactos nas metas de pessoal. Diante disso, ficou acordado que o Plano Tático 2027-2028, apresentado no **Anexo VI** será submetido à apreciação dos Conselheiros em reunião extraordinária, a ser realizada em formato virtual, após a revisão dos números e indicadores relacionados ao CDI 2026. **3. COMUNICADOS:** Não houve. **4. OUTROS ASSUNTOS:** Não houve. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a reunião às 16h20, lavrando-se a presente Ata que, depois de lida, conferida e achada conforme, foi assinada eletronicamente por todos os membros do Conselho Fiscal (CONFIS), nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis à COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET. São Paulo, 29 de maio de 2026.

A autenticidade, a integridade e a autoria deste documento poderão ser verificadas por meio do respectivo registro eletrônico de assinaturas mantido pela Companhia.

Classificação da Informação: Documento Público | **Processo SEI nº** 7410.2026/0002803-5

Disponível em: <https://www.cetsp.com.br/consultas/acesso-a-informacao/institucional/conselhos.aspx> & https://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/adm_indireta/cet



Samuel Ralize de Godoy
Presidente de Conselho
Em 02/07/2026, às 11:09.



Henry Yoshinobu Yokoyama
Conselheiro(a) Fiscal
Em 02/07/2026, às 11:13.



Marilia Alves Barbour
Conselheiro(a) Fiscal
Em 02/07/2026, às 12:55.



Fernanda Barbosa Garcia
Conselheiro(a) Fiscal
Em 03/07/2026, às 14:50.



Fernanda de Luca Silva Theodora Kopoulos
Conselheiro(a) Fiscal
Em 04/07/2026, às 09:44.



Julio Cesar Angelo Martinelli
Secretário(a) da Reunião
Em 04/07/2026, às 12:37.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **160426801** e o código CRC **3FDC35A5**.

Referência: Processo nº 7410.2026/0002803-5

SEI nº 160426801